

DIREITO ADMINISTRATIVO

NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

DAS PENAS

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO	PREJUÍZO AO ERÁRIO	VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS
RESSARCIMENTO INTEGRAL DO DANO (SE HOUVER DANO EFETIVO)		
PERDA DOS BENS ACRESCIDOS ILICITAMENTE	PERDA DOS BENS ACRESCIDOS ILICITAMENTE <small>(SE CONCORRER ESTA CIRCUNSTÂNCIA)</small>	X
PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA	PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA	X
SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS DE ATÉ 14 ANOS	SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS DE ATÉ 12 ANOS	X
MULTA CIVIL IGUAL AO VALOR DO ACRÉSCIMO PATRIMONIAL (AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)	MULTA CIVIL IGUAL AO VALOR DO DANO (AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)	MULTA CIVIL DE ATÉ 24 VEZES VALOR DA REMUNERAÇÃO DO AGENTE (AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)
PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS, PELO PRAZO NÃO SUPERIOR A 14 ANOS <small>(AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)</small>	PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS, PELO PRAZO NÃO SUPERIOR A 12 ANOS <small>(AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)</small>	PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS, PELO PRAZO NÃO SUPERIOR A 4 ANOS <small>(AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)</small>

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - PODERES ADMINISTRATIVOS

PODER VINCULADO



DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - ATOS ADMINISTRATIVOS

COMPETÊNCIAS (II) DELEGAÇÃO E AVOCAÇÃO

DELEGAÇÃO

ATRIBUIR A TERCEIRO PARCELA DE SUA ATRIBUIÇÕES

NÃO DEPENDE DE SUBORDINAÇÃO

ATO DISCRICIONÁRIO E REVOGÁVEL A QUALQUER TEMPO

O ATO DE DELEGAÇÃO E SUA REVOGAÇÃO
DEVERÃO SER PUBLICADOS NO MEIO OFICIAL

NÃO PODEM SER OBJETO DE DELEGAÇÃO

CE C OMPETÊNCIA E XCLUSIVA

NO A TOS N O R M A T I V O S

RA R E C U R S O S A D M I N I S T R A T I V O S

AVOCAÇÃO

ATRAIR PARA SI A COMPETÊNCIA DE UM SUBORDINADO

DEPENDE DE SUBORDINAÇÃO

MEDIDA EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIA

DEVE SER JUSTIFICADO

NÃO PODE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CONCENTRAÇÃO X DESCONCENTRAÇÃO

CONCENTRAÇÃO

OCORRE QUANDO A PESSOA JURÍDICA INTEGRANTE DA ADM. PÚBLICA **EXTINGUE SEUS ÓRGÃOS**

REUNINDO EM UM NÚMERO MENOR DE UNIDADES AS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS

DESCONCENTRAÇÃO

REFERE-SE À DISTRIBUIÇÃO INTERNA DE COMPETÊNCIAS

A QUAL DÁ ORIGEM AOS **ÓRGÃOS PÚBLICOS**

DESCONCENTRAÇÃO X DESCENTRALIZAÇÃO

DESCONCENTRAÇÃO

OCORRE DENTRO DE UMA **ÚNICA PESSOA JURÍDICA**

HÁ **RELAÇÃO HIERÁRQUICA**

DESCENTRALIZAÇÃO

SÃO **DUAS** PESSOAS JURÍDICAS DISTINTAS (UMA TRANSFERE E A OUTRA RECEBE A COMPETÊNCIA)

NÃO HÁ RELAÇÃO DE HIERARQUIA

DIREITO PENAL

DICA - APLICAÇÃO DA LEI PENAL

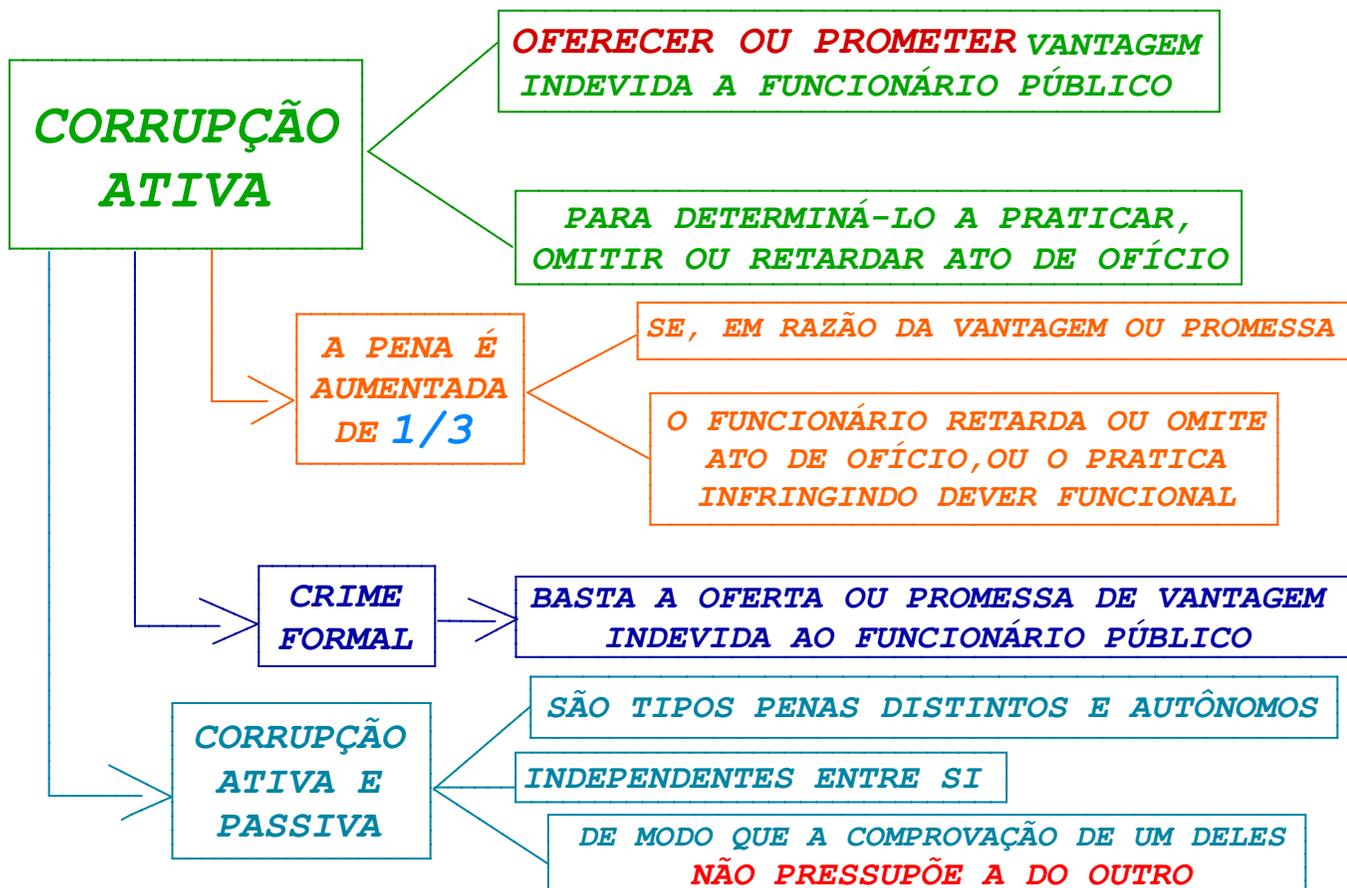
LEI PENAL NO TEMPO (I)



DIREITO PENAL

DICA - CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

CORRUPÇÃO ATIVA



DIREITO PENAL

DICA - CRIMES CONTRA A HONRA

CALÚNIA

CONCEITO

CALUNIAR ALGUÉM, IMPUTANDO-LHE
FALSAMENTE FATO DEFINIDO COMO CRIME

NA MESMA PENA INCORRE QUEM, SABENDO FALSA
A IMPUTAÇÃO, A PROPAGA OU DIVULGA

É PUNÍVEL A CALÚNIA CONTRA OS MORTOS

O CRIME É CONSUMADO COM A DIVULGAÇÃO
DA CALÚNIA À TERCEIRA PESSOA

É CABÍVEL A RETRATAÇÃO

CABE A EXCEÇÃO
DA VERDADE,
SALVO:

SE, CONSTITUINDO O
FATO IMPUTADO CRIME
DE AÇÃO PRIVADA

O OFENDIDO NÃO FOI
CONDENADO POR SENTENÇA
IRRECORRÍVEL

SE O FATO
É IMPUTADO
CONTRA O

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

CHEFE DE GOVERNO ESTRANGEIRO

SE DO CRIME
IMPUTADO, EMBORA
DE AÇÃO PÚBLICA,

O OFENDIDO FOI ABSOLVIDO
POR SENTENÇA
IRRECORRÍVEL

DIREITO PENAL

TEORIA DO CRIME

RESULTADO NATURALÍSTICO

RESULTADO NATURALÍSTICO

É A **MODIFICAÇÃO** NO MUNDO
REAL PELA CONDUTA DO AGENTE

SÓ É EXIGIDO NOS CRIMES **MATERIAIS**

👉 **CRIMES FORMAIS: O RESULTADO NATURALÍSTICO É IRRELEVANTE (PODE OU NÃO OCORRER)**

👉 **CRIMES DE MERA CONDUTA: NÃO HÁ UM RESULTADO NATURALÍSTICO POSSÍVEL**

RESULTADO JURÍDICO OU NORMATIVO

RESULTADO JURÍDICO OU NORMATIVO

É A **LESÃO AO BEM JURÍDICO TUTELADO PELA NORMA PENAL**

ESSE RESULTADO ESTÁ SEMPRE PRESENTE

LEMBRE: NÃO HÁ CRIME SEM RESULTADO JURÍDICO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - PRISÃO EM FLAGRANTE

ESPÉCIES DE FLAGRANTE

FLAGRANTE PRÓPRIO

ESTÁ COMETENDO A INFRAÇÃO PENAL

OU ACABA DE COMETÊ-LA

FLAGRANTE IMPRÓPRIO

(QUASE-FLAGRANTE)

É PERSEGUIDO, LOGO APÓS, PELA
AUTORIDADE, OFENDIDO OU QUALQUER PESSOA

EM SITUAÇÃO QUE FAÇA PRESUMIR
SER AUTOR DA INFRAÇÃO

FLAGRANTE PRESUMIDO

(FICTO)

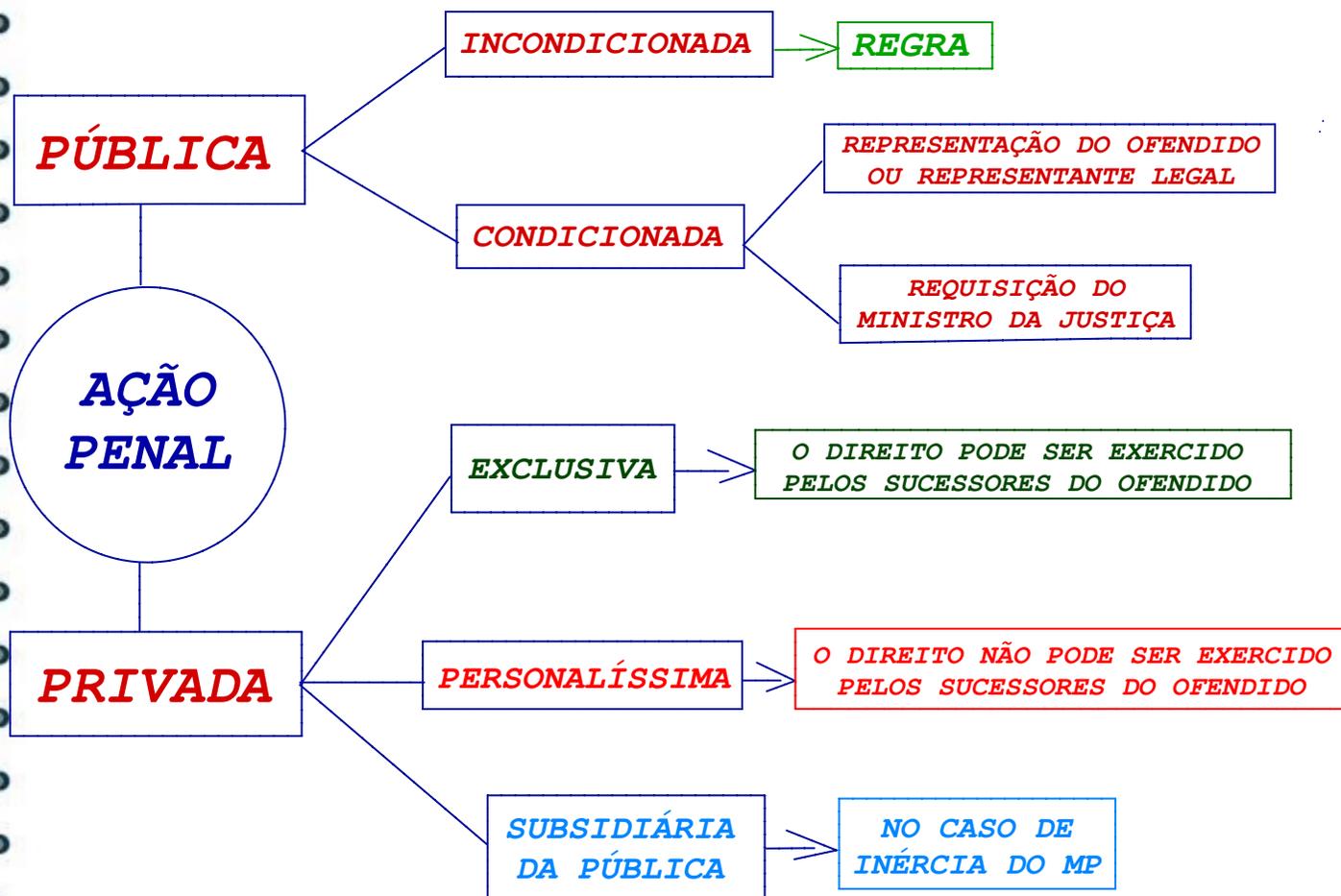
É ENCONTRADO, LOGO DEPOIS, COM
INSTRUMENTOS, ARMAS, OBJETOS OU PAPÉIS

QUE FAÇAM PRESUMIR SER
ELE AUTOR DA INFRAÇÃO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - AÇÃO PENAL

GRÁFICO GERAL DAS ESPÉCIES DE AÇÃO PENAL



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - INQUÉRITO POLICIAL

CARACTERÍSTICAS

ESCRITO

TODOS OS ATOS DEVERÃO SER **ESCRITOS**

INDISPONÍVEL

AUTORIDADE POLICIAL **NÃO PODE**
MANDAR ARQUIVAR O INQUÉRITO

INQUISITIVO

NÃO HÁ CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA

DISPENSÁVEL

A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL
PODE SER REALIZADA SEM ELE

DISCRICIONÁRIO

CABE A AUTORIDADE POLICIAL CONDUZIR O
INQUÉRITO DA MANEIRA QUE ENTENDER SER
MELHOR PARA AS INVESTIGAÇÕES

OFICIAL

CONDUZIDA POR ÓRGÃO OFICIAL

SIGILOSO

DEVE TRAMITAR EM SIGILO
PARA ELUCIDAÇÃO DOS FATOS

OFICIOSO

DEVE SER INSTAURADO DE **OFÍCIO** NOS CRIMES
DE AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA

"EI IDOSO"



INFORMÁTICA

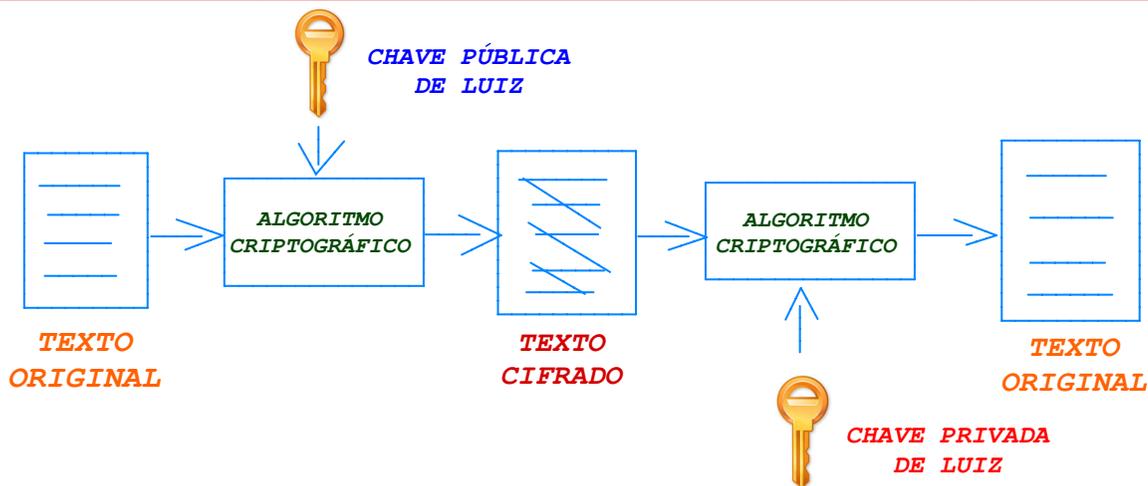
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

CRIPTOGRAFIA

CRIPTOGRAFIA ASSIMÉTRICA

➡ USA UMA CHAVE PÚBLICA E UMA CHAVE PRIVADA QUE FORMAM UM PAR EXCLUSIVO

➡ A CHAVE PÚBLICA É DISPONIBILIZADA PARA QUALQUER UM E A CHAVE PRIVADA É DE USO RESTRITO E PESSOAL DE UM USUÁRIO ESPECÍFICO



➡ NO CASO ACIMA, TEREMOS A CONFIDENCIALIDADE GARANTIDA, POIS:

◆ O EMISSOR UTILIZOU A CHAVE PÚBLICA DO RECEPTOR (LUIZ) PARA CRIPTOGRAFAR

◆ E O RECEPTOR UTILIZOU SUA CHAVE PRIVADA PARA DESCRIPTOGRAFAR

INFORMÁTICA

☁ COMPUTAÇÃO EM NUVEM ☁

TIPOS DE IMPLANTAÇÃO

NUVEM PÚBLICA	<ul style="list-style-type: none">☞ PODE SER ACESSADA POR QUALQUER PESSOA☞ NÃO É NECESSARIAMENTE GRATUITA (PODE SER MEDIANTE PAGAMENTO)EX: GOOGLE DRIVE, ONEDRIVE, DROP BOX
NUVEM PRIVADA	<ul style="list-style-type: none">☞ PODE SER ACESSADA POR UM GRUPO EXCLUSIVO E RESTRITO DE PESSOAS DE UMA ORGANIZAÇÃO☞ EVITA O COMPARTILHAMENTO DE DADOS SIGILOSOS
NUVEM HÍBRIDA	<ul style="list-style-type: none">☞ COMBINAÇÃO DE 2 OU MAIS NUVENS DIFERENTES☞ MODELO DE IMPLANTAÇÃO QUE COMBINA NUVENS PÚBLICAS E PRIVADAS (QUE PERMANECEM COMO ENTIDADES EXCLUSIVAS), MAS QUE POSSIBILITA QUE OS DADOS E APLICATIVOS SEJAM COMPARTILHADOS ENTRE ELAS
NUVEM COMUNITÁRIA	<ul style="list-style-type: none">☞ NUVEM EXCLUSIVA E RESTRITA PARA GRUPOS QUE POSSUAM PREOCUPAÇÕES EM COMUM☞ EX: COOPERATIVAS, GRUPOS EMPRESARIAIS, SEGURADORES, ETC.

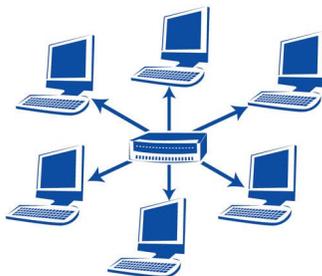
INFORMÁTICA

REDE DE COMPUTADORES

TIPOS DE REDE - QUANTO À TOPOLOGIA/LAYOUT

ESTRELA (STAR)

🔥 É A MAIS COBRADA 🔥



👉 AS ESTAÇÕES ESTÃO LIGADAS A UM NÓ CENTRAL CONTROLADOR, PELO QUAL PASSAM TODAS AS MENSAGENS.

👉 NÃO HÁ TRÁFEGO DIRETO ENTRE OS DISPOSITIVOS

👉 O ENLACE ENTRE AS ESTAÇÕES E O NÓ CENTRAL É PONTO-A-PONTO

👉 VANTAGENS:

✓ MAIOR TOLERÂNCIA A FALHAS - O DEFEITO NA ESTAÇÃO NÃO AFETA O RESTANTE DA REDE

✓ FACILIDADE PARA IDENTIFICAR/ISOLAR AS FALHAS

✓ FÁCIL ADICIONAR ESTAÇÕES

👉 DESVANTAGENS:

✓ SE O DISPOSITIVO CENTRAL FALHAR, TODA A REDE SERÁ PREJUDICADA

✓ INSTALAÇÃO MAIS CARA, POIS REQUER MAIS CABOS

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

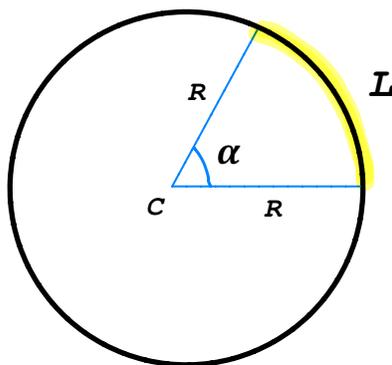
GEOMETRIA PLANA

CIRCUNFERÊNCIA

→ É importante informar que o **comprimento do diâmetro** (que é a corda de maior comprimento) é **igual a duas vezes o raio, ou seja, $D = 2R$** .

→ O comprimento de uma circunferência é dado pela fórmula **$C = 2\pi R$** .

→ Um setor de circunferência é o que podemos chamar de fatia de pizza, como no exemplo abaixo:



→ Sabendo que o comprimento de uma circunferência é igual a $2\pi R$, é possível utilizar uma regra de três para encontrar o valor do comprimento do arco (L). Assim, temos que o comprimento é **$L = \frac{2\pi R \cdot \alpha}{360^\circ}$** .

$$360^\circ \text{ ----- } 2\pi R$$

$$\alpha \text{ ----- } L$$

→ Essa fórmula é para quando o ângulo estiver em graus, caso esteja em radianos temos que o comprimento do arco é **$L = \alpha \cdot R$** .

Obs.: 180° equivalem a π radianos.

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

PROPOSIÇÕES

NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÃO COMPOSTAS

3.4 Negação de Condicional $P \rightarrow Q$

Para negar uma proposição condicional, **repete-se a primeira parte**, troca-se o conectivo por **"e"** e **nega-se a segunda parte**.

MNEMÔNICO : **MaNe** (mantém o primeiro, nega o segundo e troca os conectivos).

Exemplo:

Proposição Composta: Se sou inteligente, então passarei no concurso.

Negação: Sou inteligente **e não** passarei no concurso.

Assim, sabendo que a negação de $P \rightarrow Q$ pode ser escrita como $\sim(P \rightarrow Q)$, temos que $\sim(P \rightarrow Q) \Leftrightarrow P \wedge \sim Q$.

TABELA VERDADE:

P	Q	$P \rightarrow Q$	$\sim(P \rightarrow Q)$	$\sim Q$	$P \wedge \sim Q$
V	V	V	F	F	F
V	F	F	V	V	V
F	V	V	F	F	F
F	F	V	F	V	F

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS

1 - SOMA

→ Na soma é feita a **adição de um número a outro**, isto é, faz-se a combinação entre números para dar resultado a um único número.

Ex.: $32 + 44 = 76$

→ Propriedades da soma:

a) **propriedade do elemento neutro**: é aquele que ao ser somado com outro número **não produz efeito algum**. Na adição o elemento neutro é o **ZERO**.

b) **propriedade da comutatividade**: esta propriedade nos diz que na soma a ordem dos fatores **não interfere no resultado**.

Assim, $12 + 6 = 18$ e $6 + 12 = 18$.

$$a + b = b + a$$

c) **propriedade da associatividade**: na adição não importa a ordem com que é feito o agrupamento dos números, o resultado não muda.

Desta feita, $(4 + 2) + 3 = 9$ e $4 + (2 + 3) = 9$.

$$a + (b + c) = (a + b) + c$$

2 - SUBTRAÇÃO

→ Na subtração é feita a **diminuição de um número por outro**, ou seja, é retirado uma determinada quantidade de um número.

Ex.: $55 - 23 = 32$.

Obs.: na subtração **não há** a propriedade do elemento neutro, da comutatividade ou da associatividade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO

👉 SÃO NORMAS PARA QUE O LEGISLADOR TIPIFIQUE DETERMINADAS CONDUTAS

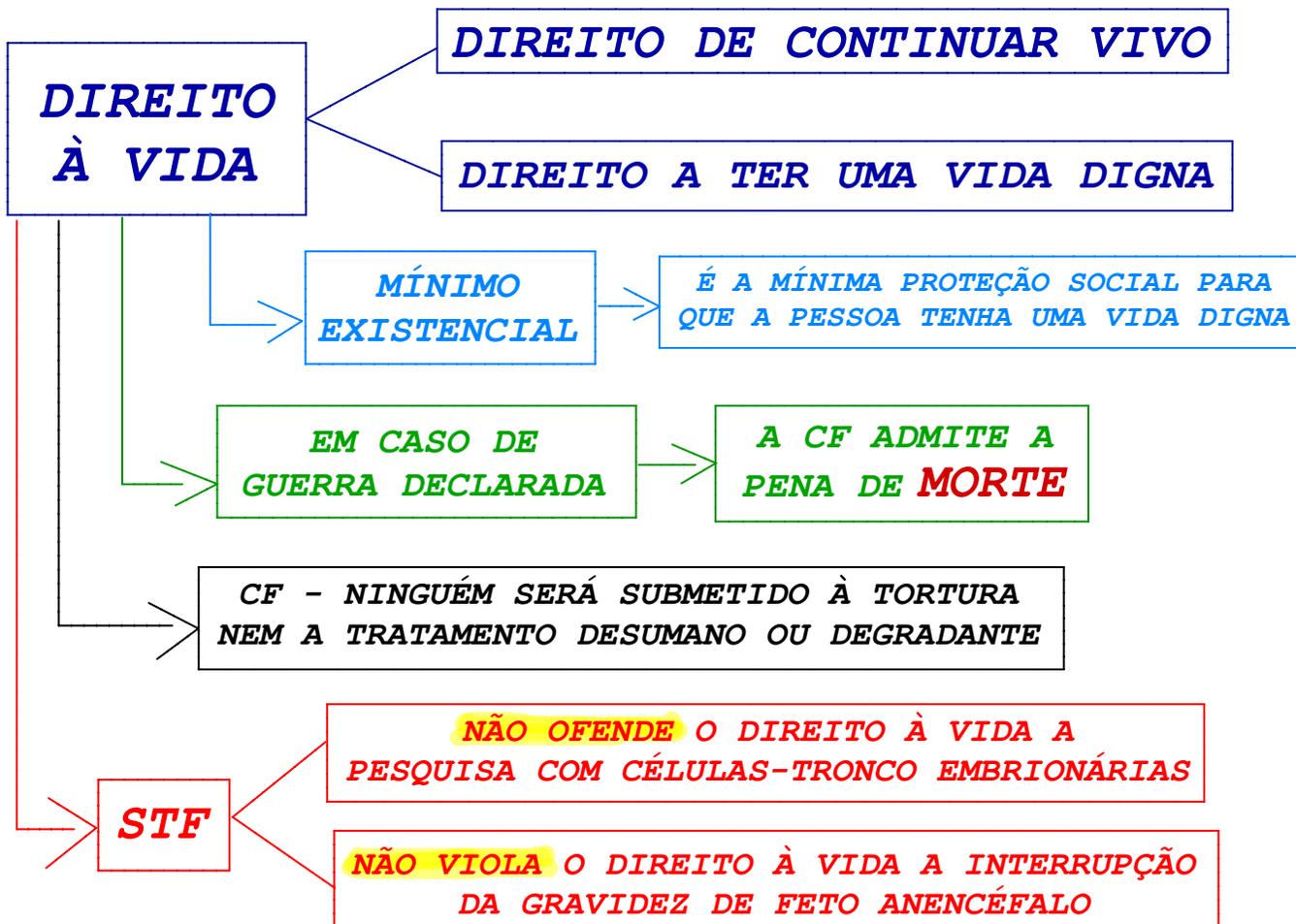
CRIMES	INAFIANÇÁVEIS	IMPRESCRITÍVEIS	INSUSCITÍVEIS DE GRAÇA OU ANISTIA
TERRORISMO/ TORTURA/TRÁFICO DE DROGAS + CRIMES HEDIONDOS			
RACISMO + AÇÃO DE GRUPOS ARMADOS			

OBS: A CF NÃO TIPIFICA CRIMES

DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

DIREITO À VIDA



DIREITO CONSTITUCIONAL

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

PEGADINHAS MAIS COBRADAS EM PROVA



SEGURIDADE SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE



DIREITO PROCESSUAL	PROCEDIMENTOS EM MATÉRIA PROCESSUAL
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE



DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	EDUCAÇÃO
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE



TRÂNSITO E TRANSPORTE	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA SEGURANÇA DO TRÂNSITO
PRIVATIVA DA UNIÃO	COMUM

DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIAS CIVIS E MILITARES



LÍNGUA PORTUGUESA

ACENTUAÇÃO

USO DOS PORQUÊS

POR QUE (PERGUNTA)	<p>☞ EQUIVALE A "POR QUAL RAZÃO", "POR QUAL MOTIVO", "PELA QUAL", "PELOS QUAIS"</p> <p>EX - POR QUE VOCÊ QUER SER APROVADO NO CONCURSO DA PF?</p> <p>EX - ESTAS SÃO AS RAZÕES POR QUE ESTUDO BASTANTE</p>
POR QUÊ (FIM DE FRASE)	<p>☞ É UTILIZADO NO FINAIS DE FRASES, ANTES DE PONTO FINAL, DE INTERROGAÇÃO, DE EXCLAMAÇÃO OU DE RETICÊNCIAS</p> <p>EX - ESTUDO BASTANTE PARA SER APROVADO. SABE POR QUÊ?</p> <p>EX - O CONTRATO NÃO FOI ASSINADO. POR QUÊ?</p>
PORQUE (RESPOSTA)	<p>☞ CORRESPONDE A UMA EXPLICAÇÃO OU UMA CAUSA (POIS, JÁ QUE, UMA VEZ QUE, PORQUANTO. .)</p> <p>EX - COMPREI ESTE COMPUTADOR PORQUE É MAIS BARATO</p> <p>EX - ESTUDO PORQUE EU QUERO PASSAR</p>
PORQUÊ (SUBSTANTIVO)	<p>☞ EQUIVALE A UM SUBSTANTIVO (É ANTECEDIDO DE UM DETERMINANTE) - TEM SIGNIFICADO DE "MOTIVO", "RAZÃO"</p> <p>EX - NÃO SEI O PORQUÊ DESSA ESCOLHA</p> <p>EX - EU SEI O PORQUÊ DA SUA DEDICAÇÃO</p>

LÍNGUA PORTUGUESA

SINTAXE

ADJUNTO ADNOMINAL x COMPLEMENTO NOMINAL

ADJUNTO ADNOMINAL	COMPLEMENTO NOMINAL
SOMENTE SE LIGA A: ✓ SUBSTANTIVOS CONCRETOS E ABSTRATOS	SE LIGA A: ✓ SUBSTANTIVOS ABSTRATOS ✓ ADJETIVOS ✓ ADVÉRBIOS
PODE SER OU NÃO PREPOSICIONADO	É NECESSARIAMENTE PREPOSICIONADO
PRINCIPAL PEGADINHA DE PROVA PARA CONFUNDIR OS DOIS: NO CASO DE SUBSTANTIVO ABSTRATO COM TERMO PREPOSICIONADO "DE". NESSE CASO, VEJA COMO DISTINGUIR:	
◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO AGENTE: SERÁ ADJUNTO ADNOMINAL	◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO PACIENTE: SERÁ COMPLEMENTO NOMINAL
◆ SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (UM ADJETIVO EQUIVALENTE) ◆ PODE INDICAR POSSE	◆ NÃO É SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (ADJETIVO EQUIVALENTE) ◆ NÃO PODE INDICAR POSSE
EX: O CONSUMO DOS BRASILEIROS (OS BRASILEIROS CONSOMEM - AGENTE)	EX: O CONSUMO DE PÃO (O PÃO É CONSUMIDO - PACIENTE)

LÍNGUA PORTUGUESA

VERBOS

CONVERSÃO DA VOZ ATIVA PARA A VOZ PASSIVA

CONVERSÃO DA VOZ ATIVA NA VOZ PASSIVA ANALÍTICA

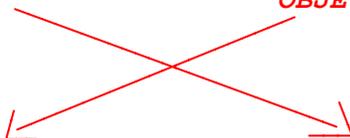
- 👉 O SUJEITO SE TRANSFORMA EM AGENTE DA PASSIVA
- 👉 O OBJETO DIRETO SE TRANSFORMA NO SUJEITO DA PASSIVA
- 👉 O VERBO TRANSITIVO SE TRANSFORMA EM LOCUÇÃO VERBAL

EXEMPLO:

O TREINADOR ALTEROU O HORÁRIO DO JOGO

SUJEITO

OBJETO DIRETO



O HORÁRIO DO JOGO FOI ALTERADO PELO TREINADOR

SUJEITO PACIENTE

(SER + PARTICÍPIO)

AGENTE DA PASSIVA

- 👉 O SUJEITO (O TREINADOR) PASSA PARA AGENTE DA PASSIVA (PELO TREINADOR)
- 👉 O OBJETO DIRETO PASSA PARA SUJEITO DA PASSIVA (O HORÁRIO DO JOGO)
- 👉 O VERBO TRANSITIVO (ALTEROU) PASSA PARA LOCUÇÃO VERBAL (FOI ALTERADO)

LÍNGUA PORTUGUESA

DICA - REESCRITA DE FRASES

EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

EM VEZ DE

(NA DÚVIDA, OPTE
SEMPRE POR ELA)

X

AO INVÉS DE

EM GERAL, USADO COM SIGNIFICADO
DE "NO LUGAR DE"

MAIS ABRANGENTE - ALÉM DE SER USADO
PARA IDEIAS DIFERENTES, PODE SER USADO
TAMBÉM PARA IDEIAS CONTRÁRIAS

EM VEZ DE TELEFONAR PARA O MEU AMIGO,
IREI MANDAR UMA MENSAGEM PARA ELE

SIGNIFICA - IDEIAS CONTRÁRIAS,
OPOSIÇÃO, "AO CONTRÁRIO DE"

SOMENTE PODE SER USADO
NO SENTIDO DE OPOSIÇÃO

EX: AO INVÉS DE DESCER, SUBIU

DIREITOS HUMANOS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E OS DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS X GARANTIAS FUNDAMENTAIS

**DIREITOS
HUMANOS**

SÃO AS NORMAS INTERNACIONAIS DE
PROTEÇÃO À DIGNIDADE DO HOMEM

X

**GARANTIAS
FUNDAMENTAIS**

SÃO OS INSTRUMENTOS APTOS A GARANTIR O
EXERCÍCIO DOS DIREITOS, BEM COMO VIABILIZAR SUA
REPARAÇÃO NOS CASOS EM QUE SÃO VIOLADOS

DIREITOS FUNDAMENTAIS E AS GARANTIAS DELES
DECORRENTES SÃO APLICÁVEIS A NACIONAIS E
ESTRANGEIROS, SEJAM ELES RESIDENTES OU NÃO NO PAÍS

OBS - A CIDADANIA NÃO É EXERCIDA POR TODOS, JÁ QUE ELA
DEMANDA QUE O INDIVÍDUO POSSUA A NACIONALIDADE BRASILEIRA

CLÁUSULA PÉTREA

**CLÁUSULA
PÉTREA**

DIREITOS INDIVIDUAIS E SUAS GARANTIAS
PREVISTAS NA CF/88 SÃO CLÁUSULAS PÉTREAS

NÃO SÃO PASSÍVEIS DE ABOLIÇÃO, NEM
MESMO POR EMENDA CONSTITUCIONAL

DIREITOS HUMANOS

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

PREÂMBULO

TRAZ A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO ELEMENTO CENTRAL

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA É O NÚCLEO DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ELA DECORRE DA MERA CONDIÇÃO HUMANA E NÃO DEPENDE DE CONCESSÃO POLÍTICA DA SOCIEDADE

OS IMPACTOS/ATROCIDADES DAS GUERRAS MUNDIAIS FORAM DETERMINANTES PARA O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

O RELACIONAMENTO AMIGÁVEL É UMA DAS PRETENSÕES DOS PAÍSES QUE INTEGRAM AS NAÇÕES UNIDAS

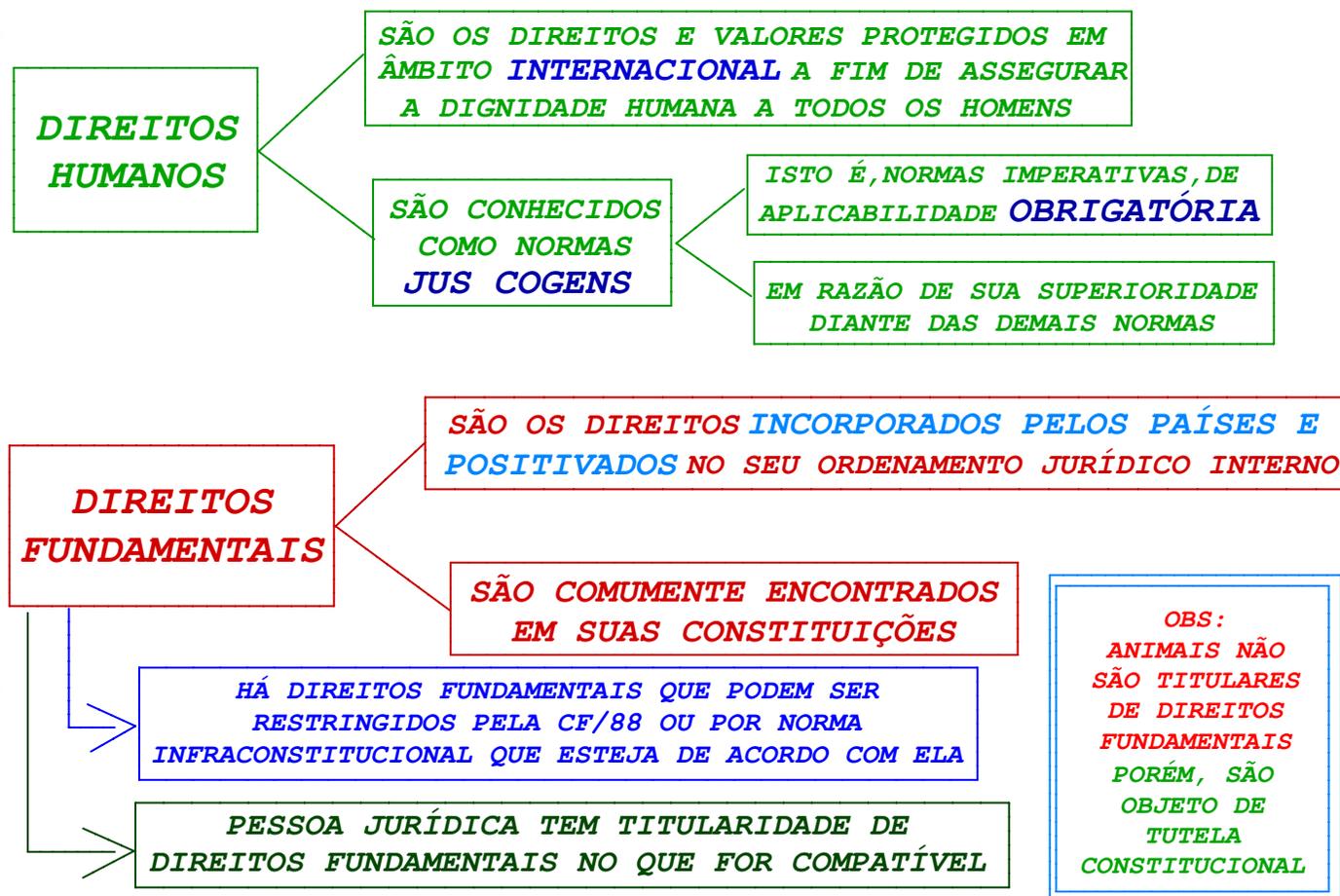
OS ESTADOS MEMBROS DEVEM SE ESFORÇAR PARA QUE SEJAM CRIADOS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS PREVISTOS NA DUDH

ENTRE OS QUAIS A EDUCAÇÃO E O ENSINO EM DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS X DIREITOS FUNDAMENTAIS



APLICABILIDADE DA CIÊNCIA CONTÁBIL

O campo de aplicação da Contabilidade **no setor público** abrange o estudo, interpretação, identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação de fenômenos contábeis resultantes de variações patrimoniais em entidades desse setor.

A Estrutura Conceitual e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP) **são obrigatórias** para elaboração e divulgação dos RCPGs (Relatórios Contábeis de Propósito Geral) nessas entidades.

Mas quais são as entidades do setor público?

- Entidades do setor público incluem **governos nacionais, estaduais, distrital e municipais, seus respectivos poderes (tribunais de contas, defensorias, Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo poder público, fundos, consórcios públicos, e outras repartições públicas similares das administrações direta e indireta, abrangendo ainda empresas estatais dependentes.**

PARA NÃO ESQUECER!

Empresas estatais dependentes são controladas pelo ente controlador e recebem recursos financeiros para despesas com pessoal, custeio em geral e despesas de capital. No entanto, excluem-se os recursos provenientes do aumento de participação acionária no último caso.

Note-se que empresas estatais independentes estão dentro do **escopo facultativo**, sendo aquelas controladas por entidades do setor público, mas que não se qualificam como empresas estatais dependentes.

Em princípio, essas **empresas não estão obrigadas a seguir a estrutura conceitual e as demais NBCs TSP**. Entretanto, a norma destaca que essas entidades, juntamente com outras não incluídas no conceito de "entidades do setor público", **têm a opção** de aplicar a estrutura conceitual e as demais NBCs TSP de forma facultativa ou por determinação de seus órgãos reguladores, fiscalizadores e afins.

SOBRE O OBJETO DA CONTABILIDADE PÚBLICA

O objeto da Contabilidade Pública é o chamado **PATRIMÔNIO PÚBLICO (e não o orçamento público!)**.

*Patrimônio Público é o conjunto de **direitos e bens**, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.*

Para se entender o conceito de patrimônio público, é essencial se considerar os seus componentes principais:

Bens: Itens avaliados em moeda capazes de satisfazer as necessidades das entidades, como veículos utilizados nas atividades da entidade.

Direitos: Valores a receber de terceiros, gerados por operações da entidade, como contas a receber.

Obrigações: Dívidas contraídas pela entidade junto a terceiros, como contas a pagar.

A Contabilidade Pública permite o controle do patrimônio público, possibilitando o acompanhamento do estoque, veículos disponíveis, bens imóveis administrados e despesas incorridas pela entidade. Destaca-se que os bens podem ser tangíveis ou intangíveis, ampliando o escopo da contabilidade no setor público. Este conhecimento é fundamental para acertar questões de prova relacionadas à Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

BENS TANGÍVEIS:

Também conhecidos como bens materiais ou corpóreos.

Possuem substância física e podem ser tocados.

Exemplos incluem veículos e bens imóveis.

BENS INTANGÍVEIS:

Também conhecidos como bens imateriais ou incorpóreos.

Não possuem substância física e não podem ser tocados.

Exemplos incluem marcas (como a marca Petrobras) e patentes.